

Comunicação

Seriam os indexadores instrumentos de contenção de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias?

Could indexers be instruments for curbing journals with indications of predatory editorial practices?

¿Podrían los indexadores ser instrumentos para contener revistas con indicios de prácticas editoriales depredadoras?

Raphael Faria Vilas Boas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1325-6577>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0250661367752778>

raphael.vilas.boas@uerj.br

Joice Soltosky Cunha

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1098-1442>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8654621101241461>

joice.cunha@uerj.br

Fhillipe de Freitas Campos

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7093-703X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2076669848354453>

fhillipecampos@ibict.br

Taciane Ferreira da Silva*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9072-928X>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0412934303995835>

taciane.silva@uerj.br

Mariana Vasconcelos de Castro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8454-5373>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0598351524165509>

mariana.vasconcelos@uerj.br

Isadora Carelli Esteves

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4498-8489>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9828989199337511>

isadora.esteves@uerj.br

* Autor correspondente.

Resumo

Este estudo analisa a presença de periódicos com indícios de práticas editoriais predatórias em diferentes indexadores de revistas científicas, buscando compreender em que medida essas bases atuam como mecanismos de contenção e como referenciais de qualidade editorial. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, de natureza descritiva, baseada no cruzamento de dados entre a lista Predatory Journals e os periódicos indexados no DOAJ, SciELO, Latindex (Catálogo 2.0), Redalyc, Scopus e Web of Science. Os resultados indicam que, embora todos os indexadores apresentem alguma incidência de periódicos com indícios de práticas editoriais predatórias, há diferenças significativas em suas capacidades de filtragem. Indexadores comerciais, como Scopus e Web of Science, registram proporções mais elevadas, enquanto iniciativas públicas voltadas ao acesso aberto não comercial, como SciELO, Redalyc e Latindex, apresentam incidência residual. O DOAJ, por sua vez, ocupa posição intermediária, combinando ampla cobertura com níveis relativamente baixos de ocorrência. Conclui-se que os indexadores não são mecanismos infalíveis, mas desempenham papel relevante na curadoria editorial, evidenciando diferentes regimes de validação e implicações para a avaliação científica e a comunicação do conhecimento.

Palavras-chave:

Revistas de acesso aberto; Práticas editoriais predatórias; Indexadores de revistas científicas.

Abstract

This study analyzes the presence of journals with indications of predatory editorial practices in different scientific journal indexers, aiming to understand to what extent these databases act as containment mechanisms and as references of editorial quality. It is a qualitative-quantitative,

descriptive study based on cross-referencing data between the Predatory Journals list and journals indexed in DOAJ, SciELO, Latindex (Catalog 2.0), Redalyc, Scopus, and Web of Science. The results indicate that, although all indexers present some incidence of journals with indications of predatory practices, there are significant differences in their filtering capacities. Commercial indexers, such as Scopus and Web of Science, show higher proportions, while public initiatives focused on non-commercial open access, such as SciELO, Redalyc, and Latindex, present residual incidence. DOAJ, in turn, occupies an intermediate position, combining broad coverage with relatively low levels of occurrence. It is concluded that indexers are not infallible mechanisms, but they play a relevant role in editorial curation, revealing different validation regimes and implications for research evaluation and scholarly communication.

Keywords:

Open access journals; Predatory editorial practices; Academic journal indexing services.

Resumen

Este estudio analiza la presencia de revistas con indicios de prácticas editoriales depredadoras en diferentes indexadores de revistas científicas, con el objetivo de comprender en qué medida estas bases actúan como mecanismos de contención y como referentes de calidad editorial. Se trata de una investigación cuali-cuantitativa, de carácter descriptivo, basada en el cruce de datos entre la lista Predatory Journals y las revistas indexadas en DOAJ, SciELO, Latindex (Catálogo 2.0), Redalyc, Scopus y Web of Science. Los resultados indican que, aunque todos los indexadores presentan cierta incidencia de revistas con indicios de prácticas depredadoras, existen diferencias significativas en sus capacidades de filtrado. Los indexadores comerciales, como Scopus y Web of Science, presentan proporciones más elevadas, mientras que las iniciativas públicas orientadas al acceso abierto no comercial, como SciELO, Redalyc y Latindex, muestran una incidencia residual. Por su parte, DOAJ ocupa una posición intermedia, combinando una amplia cobertura con niveles relativamente bajos de ocurrencia. Se concluye que los indexadores no son mecanismos infalibles, pero desempeñan un papel relevante en la curaduría editorial, evidenciando distintos regímenes de validación e implicaciones para la evaluación científica y la comunicación del conocimiento.

Palabras clave:

Revistas de acceso abierto; Prácticas editoriales depredadoras; Indexadores de revistas científicas.

Introdução

As revistas científicas, desde seu surgimento no século XVII, consolidaram-se como elementos centrais da comunicação científica, passando por transformações associadas a avanços tecnológicos e a mudanças nos modelos de disseminação do conhecimento (Costa, 2018; Stumpf, 1996). Entre essas transformações, destacam-se a emergência da internet e o Movimento de Acesso Aberto à Informação Científica (MAA), ao lado de um processo crescente de mercantilização da comunicação científica (Delgado-López-Cozar & Martín-Martín, 2024; Weitzel, 2022).

Nesse contexto, observa-se a expansão de revistas que adotam práticas editoriais fraudulentas ou questionáveis, frequentemente denominadas “predatórias”. Essas revistas exploram modelos de financiamento associados ao acesso aberto, especialmente aqueles baseados em Taxas de Processamento de Artigos (APCs), simulando processos editoriais legítimos. Em muitos casos, isso envolve fragilidades ou ausência de revisão por pares e a publicação acelerada de grande volume de artigos (Callaghan & Nicholson, 2019; Guimarães & Hayashi, 2023; Oliveira, 2017).

No Brasil, essa problemática se articula ao modelo de avaliação da produção científica conduzido pela CAPES, que historicamente atribui centralidade às revistas científicas por meio de instrumentos como o Qualis Periódicos. Recentemente, mudanças nos critérios avaliativos, como as introduzidas no ciclo 2025–2028, passaram a combinar indicadores bibliométricos, métricas em nível de artigo e critérios qualitativos relacionados ao canal de publicação, incluindo sua indexação em bases de dados. Além disso, normativas recentes reforçam a importância dos indexadores como referência para avaliação e financiamento da pesquisa, consolidando seu papel como instrumentos de legitimação editorial (CAPES, 2024).

Entretanto, embora frequentemente utilizados como indicadores de qualidade, os indexadores não são isentos de limitações. Seus processos de avaliação e curadoria não são infalíveis, o que permite a eventual inclusão de revistas com indícios de práticas predatórias, suscitando questionamentos sobre sua efetividade como mecanismos de filtragem.

Esta pesquisa também se insere em uma demanda institucional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), relacionada à elaboração de orientações para a seleção de revistas científicas, com foco na mitigação de riscos associados a práticas editoriais predatórias. Nesse contexto, parte-se de análises previamente desenvolvidas em relatório técnico voltado ao apoio à tomada de decisão institucional (Vilas Boas et al., 2025).

Diante desse cenário, o estudo tem como objetivo analisar a presença de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias em diferentes serviços de indexação, buscando compreender em que medida essas bases atuam como mecanismos de contenção e como referências para a identificação de revistas comprometidas com boas práticas editoriais.

Práticas editoriais predatórias/questionáveis, revistas predatórias/não recomendadas: características de um fenômeno multifacetado

As práticas editoriais predatórias constituem um fenômeno multifacetado e relativamente recente, que tensiona princípios fundamentais da atividade científica, como rigor, credibilidade e transparência. O tema ganha visibilidade a partir de 2008, com os trabalhos do bibliotecário Jeffrey Beall que passou a identificar e listar revistas suspeitas após receber convites recorrentes para publicação (Campos et al., 2025; Oliveira, 2017). Sua iniciativa, conhecida como Beall's List, difundiu os termos “editores predatórios” e “revistas predatórias”, apesar de críticas relacionadas a limitações metodológicas e possíveis vieses (Yeates, 2017).

Embora não haja uma definição única, a literatura apresenta convergência quanto às principais características dessas revistas. Neste estudo, adota-se a definição de Callaghan e Nicholson (2019), segundo a qual tais periódicos utilizam estratégias como envio massivo de e-mails (spam), informações enganosas e recrutamento irregular de autores e editores. Além disso, apresentam fragilidades nos processos de avaliação por pares, frequentemente inexistentes ou simulados, e priorizam a maximização de receitas por meio da aceitação de grande volume de manuscritos, independentemente de sua qualidade (Callaghan & Nicholson, 2019).

A própria terminologia “predatória” é objeto de debate. Alguns autores sugerem o uso de expressões como “revistas não recomendadas”, argumentando que o termo pode gerar controvérsias e implicações legais. Apesar disso, diferentes iniciativas têm buscado sistematizar informações sobre esses periódicos, por meio de listas e bases de dados que funcionam como instrumentos de alerta e apoio à decisão para pesquisadores (Tiesenga et al., 2026, tradução nossa).

Entre as iniciativas mais conhecidas destacam-se a [Beall's List](#), o site [Stop Predatory Practices](#), a [Cabell's Predatory Reports](#), o site [Predatory Journals](#) e, no contexto brasileiro, o [Preda Qualis](#) (Elmore & Weston, 2020; Guimarães & Hayashi, 2023; Vilas Boas et al., 2025). Neste estudo, optou-se pelo uso da base Predatory Journals, em função de sua acessibilidade e atualização, enquanto outras foram excluídas por estarem descontinuadas ou restritas por assinatura.

A iniciativa Predatory Journals é mantida por pesquisadores voluntários que atuam de forma anônima, com o objetivo de alertar a comunidade acadêmica sobre periódicos potencialmente problemáticos. A inclusão de revistas em suas listas baseia-se em critérios como práticas agressivas de spam, falta de transparência financeira, revisão por pares inexistente ou simulada, conselhos editoriais falsos, declarações enganosas sobre impacto e publicação indiscriminada de artigos (Vilas Boas et al., 2025).

Apesar de sua relevância, a plataforma apresenta limitações. Destacam-se a falta de transparência quanto à sua governança, a ausência de informações detalhadas sobre os critérios de inclusão e

exclusão ao longo do tempo e a não disponibilização de ISSNs, o que pode dificultar a identificação precisa das revistas. Dessa forma, embora listas como a Predatory Journals sejam úteis como instrumentos de alerta e fontes de dados, não devem ser utilizadas como evidência definitiva, sendo necessária a análise crítica por parte dos pesquisadores na escolha dos periódicos para publicação.

Indexadores de revistas como instrumentos de legitimação editorial

Indexadores são bases de dados que reúnem, organizam e disponibilizam informações sobre revistas científicas e, em muitos casos, também sobre os artigos publicados nessas revistas. Em geral, essas bases adotam critérios relacionados à qualidade editorial, regularidade de publicação, transparência nos processos editoriais e impacto científico para avaliar e selecionar as revistas que serão incluídas em seus catálogos. Além de funcionarem como instrumentos de recuperação da informação científica, os indexadores desempenham papel relevante na ampliação da visibilidade, da acessibilidade e da disseminação da produção acadêmica, contribuindo também para a credibilidade dos periódicos indexados e auxiliando pesquisadores na identificação de revistas relevantes em suas áreas de conhecimento (Rozemblum et al., 2015; Vilas Boas & Campos, 2023).

Nesse sentido, a presença ou ausência de uma revista em determinados indexadores é altamente relevante no ecossistema da comunicação científica. Conforme destacam Rozemblum et al. (2015, p. 67, tradução nossa), “a presença ou ausência de uma revista em diferentes portais [...] tem se tornado uma questão de Estado: gestores, editores e autores reconhecem que a inclusão nesses serviços passou a funcionar como critério de avaliação nos sistemas de pesquisa da região”. Assim, a indexação passou a ser frequentemente utilizada como indicador indireto de qualidade editorial e impacto científico.

Entre os principais indexadores utilizados no cenário internacional destacam-se o DOAJ, Scopus, Web of Science, SciELO, Redalyc e o Catálogo 2.0 do Latindex. Essas bases apresentam diferentes escopos, modelos de curadoria e critérios de qualidade editorial. Algumas delas, como SciELO e DOAJ, indexam exclusivamente revistas de acesso aberto, enquanto a Redalyc adota o modelo de acesso aberto diamante, no qual não há cobrança de taxas para autores ou leitores. Já bases comerciais e multidisciplinares, como Scopus e Web of Science, incluem revistas com diferentes modelos de financiamento, incluindo revistas híbridas e fechadas. Essa diversidade de modelos e de critérios de indexação evidencia a relevância dessas infraestruturas, especialmente no que se refere à visibilidade e legitimação das revistas.

Considerando a função dos indexadores como mecanismos de legitimação editorial, torna-se relevante investigar em que medida essas bases têm sido capazes de filtrar revistas com indícios

de práticas editoriais predatórias. A seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos adotados para a realização dessa análise.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quali-quantitativa de natureza descritiva, baseada no cruzamento de dados da iniciativa Predatory Journals com o conjunto de revistas indexadas por: DOAJ, SciELO, Latindex (Catálogo 2.0), Redalyc, Scopus e Web of Science. A partir da identificação dos registros de ISSN foi possível verificar a sobreposição entre essas fontes, permitindo apurar a porcentagem de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias presentes nos indexadores selecionados.

Os dados das revistas foram coletados durante o mês de fevereiro de 2026, utilizando os mecanismos de extração disponibilizados por cada indexador. DOAJ, SciELO e Latindex (Catálogo 2.0) permitem a exportação dinâmica da lista de revistas em formato CSV. No caso do DOAJ e do SciELO, foram extraídos todos os registros disponíveis, uma vez que ambos indexam exclusivamente periódicos de acesso aberto. Para o Latindex, aplicou-se o filtro por periódicos incluídos no Catálogo 2.0, restringindo o campo “Tipo de acesso” à opção “Acesso aberto”. A Scopus disponibiliza em seu site o *download* de uma lista atualizada de fontes em formato XLSX. A partir dessa planilha foram selecionadas apenas as fontes classificadas como “Journal”, com acesso aberto (Unpaywall Open Access). Além disso, foi aplicado um filtro para revistas com cobertura vigente na base, considerando apenas aquelas indicadas como ativas (“Active”).

Redalyc e Web of Science não permitem a exportação completa de suas listas. No caso da Redalyc, a extração foi realizada por meio da filtragem por áreas do conhecimento, seguida da coleta manual dos resultados página a página. Como a base indexa exclusivamente periódicos de acesso aberto diamante, obteve-se a totalidade das revistas indexadas. Para a Web of Science, os dados foram obtidos por meio do *Journal Citation Reports* (JCR), acessado via Portal de Periódicos da CAPES. No JCR, aplicou-se o filtro para recuperar apenas revistas de acesso aberto (“Open Access”). Devido à limitação de exportação de até 600 registros por vez, os dados foram extraídos em partes, utilizando o filtro por áreas do conhecimento (“Categories”).

Considerando os seis indexadores analisados, foram extraídos dados de 44.901 revistas, distribuídas da seguinte forma: 22.639 do DOAJ; 8.525 da Scopus; 6.319 da Web of Science; 3.511 do Latindex (Catálogo 2.0); 2.084 da SciELO; e 1.823 da Redalyc. Após a coleta, os dados de cada indexador foram organizados em planilhas eletrônicas, com uma aba dedicada a cada base de dados. Em seguida, incorporou-se à planilha eletrônica a lista de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias disponibilizada pela Predatory Journals.

Como a Predatory Journals apresenta apenas o título das revistas e suas respectivas URLs, foi necessário identificar os números de ISSN para possibilitar o cruzamento com os dados dos

indexadores. A identificação dos ISSNs foi realizada de forma manual e colaborativa pelos autores, por meio de consultas ao Portal ISSN. Considerou-se correspondência válida quando a revista apresentava o mesmo título e URL em ambas as fontes. Revistas com URLs divergentes ou não localizadas no Portal ISSN foram excluídas da análise. Das 2.780 revistas listadas pela Predatory Journals, foi possível identificar o ISSN de 2.521 revistas.

Para cada base de dados — incluindo os indexadores e o Predatory Journal — foi criada uma aba contendo exclusivamente os ISSNs das revistas. Em seguida, cada ISSN foi associado à respectiva base de origem, ou seja para cada ISSN na coluna “A” se relacionou a sua base de origem na coluna “B”. Em seguida, os dados foram exportados em formato CSV e processados no software OpenRefine, que permitiu a consolidação das planilhas em um único conjunto de dados. Nesse processo, os ISSNs duplicados, que constavam em diferentes bases de dados, foram unificados, mantendo-se o vínculo com todas as bases em que aparecem. Assim, quando um mesmo ISSN estava presente em mais de uma base — por exemplo, em um indexador e na Predatory Journals — o registro foi consolidado em uma única linha, mantendo a indicação de todas as fontes associadas.

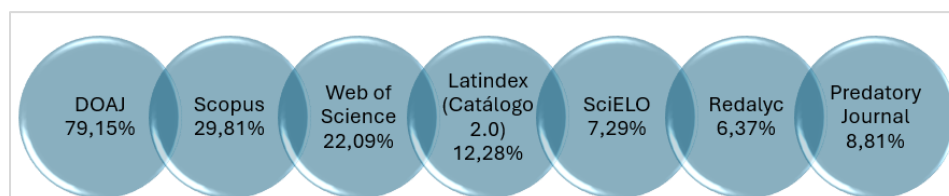
Por fim, o conjunto de dados consolidado foi importado para o Google Planilhas, onde foram realizadas as etapas de organização e análise dos dados. Para fins de disponibilização pública dos dados da pesquisa, optou-se pela anonimização das informações relativas às revistas provenientes da Predatory Journals, visando mitigar eventuais represálias institucionais ou implicações jurídicas por parte de editoras que possam se considerar prejudicadas, ao mesmo tempo em que preserva a integridade analítica e a transparência metodológica da pesquisa. Assim, os ISSNs das revistas provenientes da Predatory Journals foram substituídos pela designação “ISSN da revista”, sem explicitação do identificador real utilizado nas análises.

Resultados e discussões

Adiante são apresentadas algumas análises possibilitadas pela lista de revistas deduplicadas extraídas das sete bases de dados indicadas.

Figura 1

Percentual de revistas nas fontes coletadas em relação ao total deduplicado (n=28.602)



Nota: Os percentuais não são mutuamente exclusivos, pois uma mesma revista pode estar presente em mais de um indexador. Assim, os valores são calculados com base no total de referência (28.602), podendo ultrapassar 100% em função das sobreposições.

Os autores, com base nos dados da pesquisa (2026).

A Figura 1 apresenta a proporção de revistas extraídas de cada base de dados em relação à lista final de revistas consolidadas, que reúne um total de 28.602 revistas únicas, após o processo de deduplicação. Esses percentuais indicam a proporção da presença das revistas em cada base analisada em relação ao total de revistas encontradas, tomando o DOAJ como exemplo, relaciona-se que dentre as 28.602 (100%) revistas que compõem a amostra, 22.639 (79,15%) estão no DOAJ. Esse procedimento evidencia a sobreposição entre as bases, uma vez que uma mesma revista pode estar simultaneamente indexada em diferentes plataformas, como DOAJ, SciELO e Scopus.

Observa-se uma disparidade significativa na distribuição das revistas entre os indexadores. Destaca-se o DOAJ, que concentra 79,15% da amostra, configurando-se como o principal agregador de periódicos de acesso aberto. Tal predominância evidencia sua relevância no cenário internacional, sobretudo por se tratar de uma iniciativa vinculada a uma organização sem fins lucrativos que, ainda assim, supera, em volume de periódicos de acesso aberto indexados, bases comerciais com ampla capacidade operacional, como Scopus e Web of Science. Nesse sentido, o DOAJ consolida-se como uma referência global no movimento de acesso aberto, tanto na avaliação quanto na disseminação de periódicos.

Em contraste, observa-se que bases como Latindex, SciELO e Redalyc apresentam menor representatividade numérica. Essa diferença pode estar associada, em parte, a limitações de financiamento e de recursos humanos que comumente acometem iniciativas financiadas por organizações públicas. Essas limitações podem ser um fator que impacta a capacidade de avaliação e incorporação de novos títulos nessas plataformas. Além disso, tais iniciativas possuem, em geral, um escopo mais regional, voltado a países ou redes institucionais específicas, o que restringe sua abrangência em comparação a indexadores de caráter mais global.

Outro fator relevante diz respeito aos modelos de acesso aberto privilegiados por essas plataformas. SciELO e Redalyc, por exemplo, historicamente enfatizam o acesso aberto não comercial (diamante), priorizando periódicos que não cobram taxas de leitura ou publicação. Ainda que o DOAJ também indexe um volume expressivo de revistas nesse modelo, sua política mais abrangente contribui para a incorporação de um número maior de periódicos, ampliando sua cobertura.

É importante considerar também as diferenças nos critérios de avaliação adotados pelos indexadores — ressalte-se que a análise dos critérios não foi realizada no âmbito desta investigação. Plataformas como SciELO e Redalyc são reconhecidas por processos avaliativos mais rigorosos e detalhados (os critérios de avaliação dos indexadores citados podem ser verificados

pelos Critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil e pelas etapas do Proceso de Aseguramiento de Calidad do Redalyc), considerando o número de critérios e a quantidade de etapas de avaliação que as revistas devem se submeter, o que pode implicar maior seletividade e, conseqüentemente, menor número de revistas indexadas.

Tabela 1

Revistas que estão no Predatory Journal por indexador

Indexadores	Revistas do Predatory Journal encontradas em cada indexador	Proporção de revistas do Predatory Journal em cada indexador (%)
DOAJ	664	2,93
SCOPUS	568	6,66
WEB OF SCIENCE	479	7,58
LATINDEX (Catálogo 2.0)	3	0,09
SCIELO	3	0,14
REDALYC	4	0,22

Nota: Os autores, com base nos dados da pesquisa (2026).

A Tabela 1 apresenta duas dimensões analíticas. A coluna “Revistas do Predatory Journal encontradas em cada indexador” indica a quantidade de periódicos listados no Predatory Journal que também estão presentes em cada base analisada. Já a coluna “Proporção de revistas do Predatory Journal em cada indexador” expressa o percentual desses periódicos em relação ao total de revistas indexadas em cada plataforma. Nesse sentido, os dados permitem interpretar não apenas a presença de periódicos com indícios de práticas editoriais predatórias, mas também a capacidade diferencial de filtragem e curadoria dos indexadores.

Analisando os dados do DOAJ, vemos que foram identificadas 664 revistas nesse indexador que também se encontram no Predatory Journal. Como o DOAJ possui 22.639 revistas, compreende-se que 2,93% das revistas do DOAJ apresentam indícios de práticas editoriais predatórias como estipulado pelo Predatory Journal. Esse valor é próximo à proporção geral da amostra, na qual 693 das 26.774 revistas indexadas em ao menos um indexador (2,59%) apresentam correspondência com o Predatory Journal, sugerindo que o DOAJ acompanha a tendência média observada no conjunto analisado.

O Scopus e Web of Science apresentam as maiores proporções de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, com 6,66% e 7,58%, respectivamente. Contudo, é necessário qualificar esse resultado: a análise considerou apenas revistas de acesso aberto, excluindo uma parcela significativa dos periódicos indexados nessas bases, o que fez reduzir essas proporções no universo total. Ainda assim, dado que práticas predatórias estão fortemente associadas ao

contexto do acesso aberto, a análise enfatiza a capacidade dos indexadores em avaliar esse segmento específico. Nessa perspectiva, observa-se que, mesmo com uma cobertura muito mais ampla de periódicos de acesso aberto, o DOAJ apresenta proporção inferior a dos indexadores comerciais.

Por sua vez, o Catálogo 2.0 do Latindex, o SciELO e o Redalyc registram proporções residuais de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, todas abaixo de 0,5%. Esse resultado pode estar relacionado às características dessas iniciativas, vinculadas a instituições públicas, com ênfase no acesso aberto não comercial (diamante) e com processos avaliativos mais exaustivos e restritivos, o que implica maior seletividade na indexação.

Um ponto que merece atenção é a presença de quatro revistas com indícios de práticas editoriais predatórias no Redalyc. Considerando que essa plataforma indexa exclusivamente periódicos de acesso aberto diamante, tal achado suscita questionamentos. Entre as possíveis explicações, destacam-se mudanças recentes no modelo de financiamento dessas revistas, ainda não refletidas na base, ou limitações na própria classificação do Predatory Journal. Assim como os indexadores não são infalíveis em seus processos de avaliação, também é necessário considerar a possibilidade de inconsistências na identificação de práticas predatórias por parte dessa lista. A elucidação desse ponto demandaria uma análise individualizada dos periódicos, considerando seus modelos de negócio e os critérios utilizados para sua classificação.

Considerações finais

Os dados apresentados permitem, em primeiro lugar, afirmar que, embora os indexadores analisados contribuam para a filtragem da disseminação de revistas com indícios de práticas editoriais predatórias, nenhum deles constitui um mecanismo infalível, uma vez que todos apresentam alguma incidência desses periódicos. Em segundo lugar, evidencia-se que os indexadores possuem capacidades diferenciadas de filtragem e curadoria dessas revistas.

Do universo de 26.774 revistas de acesso aberto indexadas em ao menos uma das bases analisadas, apenas 2,59% foram identificadas no Predatory Journal. Mesmo o DOAJ, principal agregador de periódicos de acesso aberto, com mais de 22 mil revistas, apresenta menos de 3% de títulos com potenciais indícios de práticas predatórias. A principal disparidade, contudo, observa-se entre indexadores financiados por instituições públicas e indexadores comerciais. Iniciativas como Latindex (Catálogo 2.0), SciELO e Redalyc, que priorizam o acesso aberto não comercial (diamante), apresentam incidência residual desses periódicos. Em contrapartida, bases comerciais mais abrangentes, como Scopus e Web of Science, registram proporções próximas a 7%, configurando os maiores percentuais da amostra.

No contexto da avaliação científica, esses resultados revelam uma tensão relevante. O incentivo à publicação em acesso aberto em revistas de grandes indexadores comerciais pode, em alguma

medida, favorecer a circulação de periódicos com indícios de práticas editoriais predatórias. Por outro lado, a priorização exclusiva de indexadores voltados ao acesso aberto não comercial, embora reduza esse risco, pode restringir o volume e a diversidade de periódicos disponíveis. Nesse cenário, o DOAJ desempenha um papel complementar importante, ao ampliar a visibilidade de revistas de acesso aberto sem reproduzir, na mesma proporção, os problemas observados em bases comerciais.

Os resultados também sugerem que o financiamento de indexadores que priorizam o modelo diamante constitui um fator positivo para a comunicação científica. O fortalecimento dessas iniciativas contribui não apenas para o aprimoramento dos mecanismos de filtragem e da qualidade editorial, mas também para a reorientação do fluxo de recursos públicos, ao favorecer infraestruturas científicas não comerciais. Para que esse modelo se consolide, contudo, é necessário ampliar o número de periódicos de grande alcance vinculados a esse ecossistema, bem como fortalecer o reconhecimento internacional de suas práticas editoriais, que agem como forma de resistência à racionalidade mercadológica que se impõe sobre a produção científica.

Como limitações do estudo, destaca-se o uso de uma única lista como referência para identificação de periódicos com indícios de práticas editoriais predatórias, o que pode introduzir vieses analíticos. Ademais, houve desafios operacionais na coleta e padronização dos dados, incluindo restrições nos processos de exportação das bases e a necessidade de identificação manual de ISSNs em parte da amostra. Como perspectivas de aprimoramento, sugere-se a ampliação das fontes utilizadas para identificação de periódicos predatórios, o desenvolvimento de métodos automatizados de detecção e a incorporação de análises qualitativas dos critérios de indexação.

Por fim, um desdobramento promissor desta pesquisa consiste na análise aprofundada das 693 revistas identificadas com indícios de práticas editoriais predatórias, incluindo a investigação de suas editoras e instituições vinculadas, seus modelos de negócio e as práticas específicas que motivaram sua classificação no Predatory Journal. Tal abordagem permitiria avançar na compreensão das dinâmicas que estruturam as práticas predatórias que permeiam a comunicação científica.

Conflito de Interesses

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Disponibilização dos Dados de Investigação

Os dados da pesquisa estão disponíveis em: <https://doi.org/10.48472/deposita/LVFUUI>

CRediT – Contribuições dos Autores

Raphael Faria Vilas Boas | Conceitualização, Coleta de dados, Curadoria de dados, Análise formal, Metodologia, Validação, Visualização, Escrita – redação original, Escrita – revisão e edição.

Joice Soltosky Cunha | Conceitualização, Coleta de dados, Curadoria de dados, Visualização, Escrita – redação original, Escrita – revisão e edição.

Phillipe de Freitas Campos | Conceitualização, Coleta de dados, Curadoria de dados, Escrita – redação original, Escrita – revisão e edição.

Taciane Ferreira da Silva | Conceitualização, Coleta de dados, Curadoria de dados, Escrita – redação original, Escrita – revisão e edição.

Mariana Vasconcelos de Castro | Conceitualização, Coleta de dados, Curadoria de dados, Escrita – redação original, Escrita – revisão e edição.

Isadora Carelli Esteves | Coleta de dados, Curadoria de dados, Escrita – revisão e edição.

Referências

Callaghan, C. W. & Nicholson, D. R. (2019). Predatory publishing and predatory journals: a critical review and proposed research agenda for higher education. *Journal of Further and Higher Education*, 44(10), 1433–1449. <https://doi.org/10.1080/0309877X.2019.1695762>

Campos, F. de F., Maricato, J. de M., & Canto, F. L. do. (2025). Facturación con Tasas de Procesamiento de Artículos (APC): análisis con revistas brasileñas con indicios de malas prácticas editoriales. *Biblios Journal of Librarianship and Information Science*, (88), e010. <https://doi.org/10.5195/biblios.2025.1230>

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (2024). *Ofício circular n.º 46/2024: Resumo CTC 232 (2470019) SEI 23038.007266/2024-37*. https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/conselho-tecnico-cientifico-da-educacao-superior/oficios-ctc-es/14102024SEI_2470019_Oficio_Circular_46_resumoCTC_232.pdf

Costa, E. H. dos S. (2018). *Periódicos de acesso aberto: Um canal de disseminação dos pesquisadores bolsistas PQ1A do CNPq?* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/977>

Delgado-López-Cozar, E., & Martín-Martín, A. (2024). La ruta de oro de la publicación científica: del negocio de las revistas a las revistas negocio: la fuente del negocio editorial: el negocio bibliométrico de la evaluación científica. *Revista Mediterránea de Comunicación*, 15(2), 1–46. <https://doi.org/10.14198/MEDCOM.26763>

Elmore, S. A., & Weston, E. H. (2020). Predatory Journals: what they are and how to avoid them. *Toxicologic pathology*, 48(4), 60–610. <https://doi.org/10.1177/0192623320920209>

Guimarães, J. A. C., & Hayashi, M. C. P. I. (2023). Revistas predatórias: um inimigo a ser combatido na comunicação científica. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 21, e023003. <https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8671811>

Oliveira, R. L. (2017). Órfãos de Jeffrey Beall: Revistas predatórias e outras iniciativas igualmente perniciosas para a pesquisa. *Ciência e Cultura*, 69(4). <https://doi.org/10.21800/2317-66602017000400002>

Rozemblum, C., Unzurrunzaga, C., Banzato, G., & Pucacco, C. (2015). Calidad editorial y calidad científica en los parámetros para inclusión de revistas científicas en bases de datos en acceso abierto y comerciales. *Palabra Clave (La Plata)*, 4(2), 64–80. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350539940001>

Stumpf, I. R. C. (1996). Passado e futuro das revistas científicas. *Ciência da Informação*, 25(3). <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/637>

Tiesenga, F. M., Rodger, D., Saracco, B., Zhong, B., Cortegiani, A., Pouwels, S., Salih, R. Q. M., Mustafa, A. M., Meoli, M., Cassai, A., Nishikawa-Pacher, A., Swargiary, K., Fialka, S., Bhagat, P. R., Kunosic, S., Rodriguez-Sánchez, R., Bhattacharya, K., Cascella, M., Nashipudi, M., & Deora, H. (2026). Renaming the problem: why “non-recommended journals” is preferable to “predatory” in academic publishing. *Barw Medical Journal*, 3(5), 33–41. <https://www.barwmedical.com/index.php/BMJ/article/view/213>

Vilas Boas, R. F., & Campos, F. F. (2023). Análise do alinhamento dos indexadores de revistas científicas de Acesso Aberto com as premissas da Ciência Aberta. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane, Série: Letras e Ciências Sociais*, 4(1). <http://revistacientifica.uem.mz/revista/index.php/lcs/en/article/view/61>

Vilas Boas, R. F., Castro, M. V., & Silva, T. F. (2025). *Relatório de avaliação de revistas como critério de análise pela PR-2*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). <https://www.pr2.uerj.br/wp-content/uploads/2025/12/Relatorio-Revistas-Predatorias-versao-2-e-final-para-PR2.pdf>

Vogel, M. J. M., & Kobashi, N. Y. (2015). Avaliação da pós-graduação no Brasil: seus critérios. *Anais do 16.º Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação*, 16(1). <https://brapci.inf.br/v/186950>

Weitzel, S. R. (2022). As publicações científicas como fonte de renda econômica de editores comerciais: o acesso aberto solapado. In Príncipe, E., & Rode, S. de M. (Orgs.). *Comunicação*

científica aberta. (pp. 173–188). Ibict. <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1223.10.21452/ABEC.2022.isbn.978-65-89167-68-6>

Yeates, S. (2017). After Beall's "list of predatory publishers": Problems with the list and paths forward. *Information Research*, 22(4). <https://informationr.net/ir/22-4/raais/raais1611.html>